



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681371 - SP (2021/0226776-3)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CAROLINA COSTA FIÃES BICALHO - RJ162569  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JUAREZ JUNIOR ALVES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de Juarez Junior Alves da Silva em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n.º 1510546-40.2020.8.26.0228).

O paciente está sendo acusado da prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos II e V c/c artigo 61, II “j” do Código Penal.

O impetrante sustenta, em suma e no que é crucial, que há equívoco na realização da dosimetria e na definição do regime inicial de cumprimento de pena.

Corolário lógico do exposto, requer, no mérito, a redefinição dos parâmetros dosimétricos e de cumprimento inicial de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. À propósito, extrai-se do *decisum* guerreado o seguinte excerto:

*Por fim, tendo em vista a gravidade concreta do crime, informada pelas circunstâncias do fato, bem esclarecidas nos relatos da vítima, a fixação do regime fechado para início de cumprimento da pena era mesmo de rigor. Com efeito, trata-se de crime de roubo, praticado no período da tarde, em concurso de agentes, com privação da liberdade da vítima, o que acarretou pânico e insegurança ao ofendido, que teve sua liberdade restringida por longo período, situação que revela grande obstinação e audácia e se reveste de gravidade concreta, não havendo de se cogitar de baixa culpabilidade do apelante, tudo a recomendar o regime prisional mais rigoroso, como resposta adequada à reprovação e prevenção de tal conduta (inteligência do artigo 33, § 3º, c. c. art. 59, ambos do Código Penal).*

Por outro lado, como se verifica, a decisão hostilizada pelo writ não padece de qualquer ilegalidade e está devidamente fundamentada, tendo seu prolator

especificado, de forma clara e precisa, as razões de seu convencimento. Por isso, não é passível de revisão nesta sede e deve ser atacada por intermédio do recurso apropriado, em cujo âmbito a questão pode ser examinada com amplitude. Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não restou demonstrada de plano a alegada evidente ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência